

Aprovada na 1024ª sessão  
Ver comentários da Presidência no  
momento da aprovação

ALADI/CR/Ata 1019  
10 de setembro de 2008  
Hora: 10h10m às 12h35m

### ATA DA 1019ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
  2. Assuntos em pauta.
  3. Consideração da ata correspondente à 1017a. sessão.
  4. Tratamento dos projetos de resolução pendentes a serem adotados na próxima Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros:
    - 4.1 Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/dt 214).
    - 4.2 Espaço de Livre Comércio - Comércio de Serviços (ALADI/CR/dt 215).
  5. Assuntos diversos.
-

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Roxana Cecilia Sánchez e Mariana Edith Plaza (Argentina), Benjamín Blanco Ferri e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil); Camilo Marcelo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Cielo González Villa (Colômbia), Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba), Edmundo Vera Manzo e Ivonne Flores Espinoza (Equador), Cassio Vitale, Manuel Luiselli Fernández e Dora Rodríguez Romero (México), Emilio Lorenzo Giménez Franco, Hernán Rafael Cáceres Vera e Ferreira Gini, (Paraguai); Max da Fuente Prem, Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni, Jéssica Pásaro Caecho (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Raquel María Rodríguez Sanguinetti (Uruguai), Franklin Ramón González e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral: B. Hugo Saguier-Caballero.

Subsecretários: Oscar Quina Truffa, Ricardo Hartstein.

---

PRESIDENTE. Bom dia a todos. Damos início à 1019ª sessão do Comitê de Representantes.

Antes de começar a reunião desejo informar-lhes que às 12h30m será assinado um Acordo de Cooperação Conjunta entre a ALADI, ARPEL, CEPAL, CIER e OLADE, que são os diferentes organismos vinculados com o tema energético, com vistas a desenvolver o Relatório Energético Setorial da América Latina e o Caribe.

Levando em conta a importância deste acordo, estamos convidando todos os Representantes a acompanhar a referida assinatura que, certamente, realizar-se-á na Pinacoteca, no segundo andar.

Antes de submeter à consideração a Ordem do Dia desejo informar ao Comitê e dar as cordiais boas-vindas a quem foi acreditado como Representante Alternativo da Bolívia, o licenciado Benjamín Blanco Ferri, Diretor Geral de Negociações, Integração e Acordos Comerciais do Vice-Ministério da Chancelaria boliviana.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

Submetemos à consideração a aprovação da Ordem do Dia. Solicita a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruíz Capote). Muito obrigado, Presidente. Não desejo falar sobre a Ordem do Dia. Somente em nome da Representação de Cuba junto à

ALADI e também da Embaixada de Cuba em Montevideu, agradecer a todas as Representações, a todos os colegas da Secretaria, as demonstrações de solidariedade recebidas em nossa Embaixada e através dos Governos em comunicações telefônicas, em demonstrações concretas de solidariedade em relação aos prejuízos produzidos pela passagem dos dois furacões devastadores sobre meu país, agradecer a todos e manifestar-lhes que, neste momento, seu abraço solidário é muito importante para nosso povo, para nosso país, para nosso Governo e sabemos que contamos sempre com os amigos de nossa região, que demonstraram sua solidariedade. Realmente creio que neste momento, em que nosso povo está passando por esta situação, é muito gratificante ter essas expressões de solidariedade, muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Delegação de Cuba. Submete-se a consideração a Ordem do Dia. Não havendo observações, aprova-se.

Passamos ao ponto 2, Assuntos em Pauta.

2. Assuntos em Pauta.

... Solicito à Secretaria que informe sobre o tema.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Bom dia a todos. A lista de Assuntos em Pauta está na pasta de cada Representante. Temos uma nota da Representação Argentina sobre Medidas de Salvaguarda aplicadas pelos países-membros.

Recebeu-se um convite do CEMLA, para uma reunião de Presidentes dos Bancos Centrais a realizar-se em Washington em outubro próximo e estamos apresentando dois Relatórios: um sobre o comportamento da despesa orçamentária e o outro sobre a situação financeira da Associação em 31 de julho de 2008, como é de praxe e, finalmente, um documento relacionado às Perspectivas de comércio exterior para 2008: terceira projeção anual, nada mais, Presidente.

"1. Representação da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. EMSUR-S.G. No. 116/08, de 04/09/2008.

Comentários ao documento ALADI/SEC/di 2157 "Medidas de salvaguarda aplicadas pelos países-membros".

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2761.

2. Convites recebidos:

Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA). Nota KCS 113, de 03/09/08. Convida o Secretário-Geral para participar da LXXXVI Reunião de Governadores de Bancos Centrais da América Latina e da Espanha a celebrar-se em 10/10/2008, na cidade de Washington.

3. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária (ALADI/SEC/di 2173).

4. Relatório da situação financeira da Associação em 31 de julho de 2008 (ALADI/ SEC/di 2174).

5. ALADI - Perspectivas do comércio exterior para 2008: Terceira projeção anual (ALADI/SEC/di 2176)."

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário. Passamos ao ponto 3.

3. Consideração da ata correspondente à 1017ª sessão.

... Submetemos a consideração a Ata correspondente à 1017ª sessão. Não havendo observações, aprova-se.

Passamos ao ponto 4.

4. Tratamento dos projetos de resolução pendentes a serem adotados na próxima Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.

... Passamos ao tratamento dos projetos de resolução pendentes, tratados nas últimas sessões do Comitê, que são dois: um vinculado com o Espaço de Livre Comércio - Comércio de Serviços, e o segundo com Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência da ALADI.

Na pasta dos senhores constam os projetos de resolução, com as modificações e redações alternativas que obtiveram consenso. Não sei em que ordem o Comitê deseja tratar este tema. Submeto-o à consideração para que as diferentes Representações emitam sua opinião. Lembro que estávamos esperando um pronunciamento da República Bolivariana da Venezuela sobre uma consulta que estava fazendo a seu Governo, com uma redação alternativa. Não sei se sobre isso a Representação da Venezuela ou alguma outra Delegação deseja fazer uso da palavra.

PRESIDENTE. Representação da Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Na agenda está propondo que vejamos o ponto 4.1 sobre Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência, que entendo, e segundo minha informação, na reunião passada começou a discussão com este ponto e foi suspensa para continuar hoje.

Nesse sentido, entenderia que deveríamos tratar esse ponto tal como está estabelecido.

Porém, desejaria informar que, como disse há dois Comitês, de acordo com as últimas redações que estiveram sendo elaboradas sobre o projeto para as Diretrizes para a convocação da Conferência de Avaliação e Convergência, consideramos essas redações positivas e quando tratemos definitivamente este projeto daremos nossa opinião.

A última redação elaborada é bastante aceitável, mas desejaria, quando devamos tratar isso, dar a opinião nesse sentido. Creio que neste caso, de acordo à agenda o que se estaria propondo é a discussão dos Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência, Obrigado Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação da Venezuela. Sobre o tema de Insumos, temos, na realidade, dois projetos que estão sendo tratados. Um é o projeto original de resolução, de Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência que tinha uma reserva da República Bolivariana da Venezuela e, depois, Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência, que foi tratado no Comitê na sessão anterior, vinculada com o *paper* apresentado oportunamente pela Representação do Equador. Não sei como desejam tratar estes temas que estão intimamente ligados. A Representação do Equador solicitou a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Sobre esse tema desejaria uma explicação da Secretaria, da Presidência e da Delegação do Brasil, porque entendo que este tema foi aprovado na Reunião da Vice-Ministros em seu conjunto e, em todo caso,

estariamos em uma revisão do acontecido ali e gostaria de saber se a Delegação do Brasil tem uma reserva sobre este tema. Anteriormente discutimos muitíssimo e três vezes mudou de posição, então desejo saber francamente se há alguma reserva de fundo sobre esse documento, porque temos duas instâncias. Desejo que a Secretaria me faça lembrar se esse texto foi aprovado ou não na Reunião de Vice-Ministros.

PRESIDENTE. Obrigado, pergunto à Representação do Equador porque, na realidade está solicitando uma esclarecimento ao Brasil e está pedindo-lhe uma esclarecimento à Secretaria, por qual deseja começar. A Secretaria pode dar informações sobre isso?

SECRETÁRIO-GERAL. A última vez que falamos sobre o tema foi na Reunião de Vice-Ministros e nesse momento a interpretação tinha sido feita pela Secretaria, que o tema, em seu momento, tinha sido inclusive aprovado no Conselho de Ministros. Foi observado pela Delegação do Brasil, já que no final da reunião, dessa Reunião de Ministros, na realidade, ficou pendente. Essa é a realidade.

Posteriormente na Reunião da Vice-Ministros novamente o tema ficou aberto. Foi aprovado, em princípio, mas depois o Brasil disse que o mesmo constituía o conjunto “o pacote” como eles denominam as resoluções e que não estava fechado. Essa é a interpretação da Secretaria sobre a situação, ou seja, para a Secretaria, neste momento, o tema está aberto.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. É bom deixar, realmente, as coisas bem claras, exatamente é o que disse o Secretário-Geral. Com relação ao Brasil, especificamente nós, e já disse isso várias vezes aqui, estamos totalmente de acordo com os 6 pontos dos Insumos que são, na verdade, os insumos em si, então estamos totalmente de acordo com os pontos. Não haveria problema nenhum, nenhuma observação.

O que sim nós fizemos foi uma proposta quanto ao primeiro resolve, que faz as encomendas à Conferência de Avaliação e Convergência em relação ao conceito que está colocado ali, que se referia ao espaço de integração para o desenvolvimento. Nós tínhamos proposto uma redação alternativa que diria: “programa de integração para o desenvolvimento”. Por quê? Porque o espaço de integração para o desenvolvimento é um conceito que nunca discutimos, nossos Ministros nunca discutiram. Houve uma longa discussão na semana passada aqui, sobre a questão do Espaço de Livre Comércio e algumas Delegações preferem não aceitar este conceito, mas a verdade é que nossos Ministros, eles mesmos definiram e decidiram sobre a questão do Espaço de Livre Comércio. Sei que alguns governos mudaram, mas o meu, por exemplo, não mudou desde 2004, era meu Ministro e continua até hoje. Ele participou da elaboração e da decisão da Resolução 59 (XIII).

De qualquer maneira, é importante aqui, no Comitê, não tratar de substituir um conceito que está sacramentado na Resolução 59 (XIII), como forma alternativa, já que há dificuldades para o conceito, a nível de espaço de integração para o desenvolvimento, como tinha sido proposto aqui, no texto do Equador. O Brasil propõe que seja colocado “um programa de integração para o desenvolvimento”, que é exatamente o objetivo dos Insumos.

Ou seja, se enviamos insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência e se eles têm a ver com a introdução da dimensão social, que estamos trabalhando agora na

agenda da ALADI, creio que nada mais natural que o Conselho de Ministros faça uma proposta de um programa de integração, porque é exatamente o que queremos. Peço é não criar novos conceitos que nós não podemos, a nosso nível, estar criando, que nossos Ministros não ratificaram. É meu único pedido e, por isso, fiz a sugestão do segundo parágrafo tal qual está colocado aqui, no texto que está na Pasta de todos nós, sobre o projeto de resolução dos Insumos, Obrigado. Não sei se o Embaixador do Equador está satisfeito com minhas explicações, não sei se está claro.

PRESIDENTE. Pergunto se a Representação do Equador continua tendo vontade de fazer uso da palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). O que está claro é essa posição do Brasil.

PRESIDENTE. Sim, eu diria que vai além da posição do Brasil porque, na verdade, este tema foi amplamente discutido neste âmbito e há várias Representações que fizeram observações de diferente natureza. Sobre este tema alguém... perdão, Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente, tal como manifestamos na reunião passada do Comitê, introduzir nesta instância um conceito que até o presente não foi discutido e que fixaria um objetivo novo para os trabalhos da Associação, como essa conformação de um espaço de integração para o desenvolvimento, é uma questão que, a nosso juízo, merece maior análise e essa análise, até o presente, não foi feita, não houve ocasião para sua discussão.

Por outro lado, devemos ter presente que os mandados que guiaram nossas tarefas a partir da Resolução 59 (XIII) continuam vigentes, pelo menos para a Argentina estão plenamente vigentes e ali se estabelece claramente que o objetivo é a conformação do Espaço de Livre Comércio, ou seja, é o título dado a esse objetivo que pode ter um conteúdo mais rico, mais abrangente, mais compreensivo e, neste sentido, compartilhamos plenamente dos 6 pontos deste projeto, porque justamente nutrem essa dimensão adicional que queremos dar à Associação.

Neste sentido nos sentimos mais cômodos com a redação proposta pela Delegação do Brasil, onde se limita a mencionar que o Conselho receba uma proposta de programa de integração para o desenvolvimento.

Além disso, desejo lembrar que nos projetos de resolução, que já têm consenso de todas as Delegações, sistematicamente se faz referência ao Espaço de Livre Comércio, inclusive o projeto de Diretrizes também fala do Espaço de Livre Comércio, que está na mesma linha dos mandatos que temos.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina, México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Sim Presidente, nós também consideramos que a Resolução 59 (XIII) é muito importante e estamos trabalhando sob esses parâmetros e a apoiamos plenamente e, logicamente, subscrevemos com a parte central da Resolução os 6 pontos.

Em relação aos 2 textos, como tínhamos manifestado, podíamos aprovar ambos, mas nos produz muitas dificuldades, porque pareceria que sugerem algo que ainda não foi instituído e estaríamos mais cômodos também com a proposta do Brasil. Talvez com uma

pequena alteração, para ser um pouco mais precisa, mas podemos discutir isto uma vez escutados os demais delegados. Isso é tudo, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México. Tem a palavra Peru e depois o Uruguai.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). No mesmo sentido, senhor Presidente, para apoiar a proposta do Brasil. Já nos pronunciamos na sessão anterior, estimamos que é aceitar figuras que não foram ainda discutidas, nem aprovadas neste seio, estaríamos criando um precedente inusual, preferimos sem dúvida a redação proposta pelo Brasil, Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Tem a palavra o Uruguai

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente, na realidade se fazemos um pouco de memória, a Resolução 59 (XIII) foi muito trabalhada, muito negociada, que deu muito trabalho e, finalmente, conseguimos que os Ministros de pronunciassem de forma unânime em relação a ela. É verdade que, nesse conjunto de resoluções tenha sido, digamos, descuidada, de alguma maneira, a dimensão social do processo de integração, coisa que com a proposta dos Insumos e dos 6 pontos do resolve, ficam muito recuperadas e, desta maneira, fica muito enriquecida a atividade que deve desenvolver a Associação.

Em relação às alternativas concretas que há, no caso do Uruguai, é similar à proposta da Representação do México. Poderíamos conviver com qualquer uma das duas versões, mas, desejaria, ainda, destacar que nos sentimos muito cômodos com a versão proposta pelo Brasil.

Por que nos sentimos mais cômodos? Sentimos que “espaço de integração para o desenvolvimento”, na realidade, pode ser qualquer de alguns dos que já, tradicionalmente, na teoria da integração, foram mencionados e algum que inventamos depois de muito extensas deliberações, um espaço de integração para o desenvolvimento. Pode ser um Mercado Comum, uma União Aduaneira, uma Zona de Livre Comércio e, justamente, na muito extensa discussão sobre a Resolução 59 (XIII), optou-se por estabelecer uma categoria *sui generis*, o Espaço de Livre Comércio, mas tomando cuidado de defini-lo, no possível, no que eram seus elementos essenciais, no que eram seus elementos acessórios, de maneira que ficasse definido sobre que estávamos falando.

Nesse sentido acreditamos, complementado com todo o que tem a ver com o pilar social da integração, que estamos unanimemente de acordo em dar importância e apoio organizacional à Associação, creio que dessa forma seriam solucionadas as coisas.

Considero que incluir uma nova categoria como “espaço de integração para o desenvolvimento”, na realidade, inclui uma quinta definição que, ademais, neste caso, é uma quinta categoria que, inclusive, não foi definida, explicitada, cujo conteúdo não está suficientemente claro, razão pela qual considero que seria, realmente, sensato inclinar-se pela proposta que para este projeto de resolução apresenta a alternativa da redação do Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Não sei se o Equador está vez sim peça a palavra outra vez mais.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Acontece que a Delegação do Equador, está com a proposta de Bolívia e respeitamos os argumentos expostos, mas

neste caso, para o Equador e para mim, não são suficientes, porque com esses argumentos não poderia ser mudado nada uma vez aprovado algo, porque no anterior o social não esteve incluído, e agora sim é incluído, embora na definição da introdução do Tratado de Montevideu 1980 esteja o desenvolvimento econômico e social, ou seja, que o Tratado não deve ser modificado, mas não esqueçamos do social porque conceitualmente está bem.

Eu estou argumentando contra os argumentos apresentados até o momento. Não considero serem suficientes, porque creio que nossa faculdade de homo sapiens fundamental, é pensar sempre, é repensar, nunca ter medo de reexaminar os conceitos e os paradigmas existentes e desse ângulo este Comitê, pelo menos, e como sempre, demonstrou ademais as disposições das Chancelarias.

Também argumentamos, refletimos e sustentamos posições, e creio que não me convence que se diga que não podemos ir além do aprovado, porque se, por um lado, é admitido que estamos dando cabimento ao social, mas por outro, não se deseja discutir sobre a possibilidade de um conceito, que não somos nós, em definitivo, que vamos aprová-lo, mas é um passo de reflexão dado amplamente na sessão anterior e que, com esse direito, neste tema ou em qualquer outro, estamos em possibilidades de pensar e de discutir e discordar.

E, mais ainda, a partir de 28 de setembro, quando o Equador assumirá uma série de teses, em sua Constituição, que não estão contempladas na maioria das Constituições da América Latina, e não por ser diferentes significa que devemos defender o pensamento, a Constituição anterior ou os pensamentos dos paradigmas vigentes, como invioláveis, por ser os hegemônicos e não há possibilidades de apresentar paradigmas emergentes, como é no caso da sessão anterior. Obrigado.

PRESIDENTE. Antes de continuar o debate, desejo ordenar um pouco estas coisas, porque se não creio que há muita confusão de idéias.

Na realidade, se estamos incorporando o fator social em nossas resoluções é porque o Conselho de Ministros ordenou a este Comitê a incorporação do tema social. Portanto, quando este Comitê está trabalhando no tema social, não está modificando o acordado pelos Ministros.

Porém, quando modificamos conceitos aprovados pelos Ministros e que constam das Resoluções, esta Presidência opina que este Comitê não tem as faculdades para modificar o resolvido pelos Ministros.

Isto, do ponto de vista técnico, da mesma maneira que no caso do Equador, antes de fazer a reforma constitucional, suponho que realizou os procedimentos correspondentes, ou seja, se nós queremos modificar, devemos convocar o Conselho de Ministros para modificar as instruções que, oportunamente, instrua este Comitê e a partir dali poderemos modificar as coisas. Enquanto isso não seja feito, para este Comitê estão vigentes os documentos emitidos por este Comitê e as instruções emitidas pelo Conselho de Ministros e a Reunião de Vice-Ministros.

A Representação do Chile solicitou a palavra.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Muito obrigado, senhor Presidente. Justamente queria ressaltar a metodologia daqui, como propõe o Embaixador

do Equador. Se eles vão mudar a Constituição será por votação. Aqui a metodologia a ser utilizada é submetê-lo ao Conselho de Ministros.

Queríamos manifestar que também nós nos sentimos bastante mais cômodos com a proposta do Brasil, porque assim não estamos introduzindo um novo conceito que não está definido. Se queremos definir um novo conceito, podemos fazê-lo e será resolvido por nossas autoridades, mas não corresponde introduzi-lo. Talvez se fôssemos para atrás e tivéssemos claríssima a definição de um Espaço de Livre Comércio, não se tivesse dado a discussão da semana passada, que todos, finalmente, entendemos o mesmo, mas por não defini-lo ficou aberto. Não façamos a mesma coisa agora, pode ser a conclusão justamente da Conferência. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigado, Presidente. Considero que o projeto de resolução modificado recolhe o que estamos discutindo e as diferentes posições escutadas.

Em primeiro lugar, no considerando, no novo parágrafo diz que será um espaço de reflexão. Quando fala da reflexão, estamos abrindo as possibilidades de discutir e de refletir sobre os pontos incluídos no próprio considerando, que para o estudo e definição encomendados se requer que a Conferência de Avaliação e Convergência se constitua em um espaço de reflexão, sobre as medidas e mecanismos necessários para promover o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, equilibrado e sustentável na região.

No parágrafo seguinte fala da Resolução 59 (XIII). No resolve encontramos que, na verdade, as duas propostas têm um conteúdo parecido. Porém, para a Delegação da Colômbia também a proposta do Brasil se acomoda melhor. Estaríamos mais cômodos com esta proposta. Além disso, o fato de mencionar os 6 pontos não restringe a discussão a esses 6 pontos, mas como diz o próprio parágrafo em sua última frase, pode, a partir de uma aproximação multidimensional e compreensiva, contemplar, *Inter-alía*, entre outros, esses 6 pontos, de maneira que a preocupação expressada pela Delegação de Equador está contemplada nesta mesma proposta do Brasil, com isso fixamos a posição da Colômbia, Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, permito-me recordar que aqui estamos tratando o âmbito ou marco de reflexão para uma Conferência de Avaliação e Convergência, na medida em que continuemos aqui a discussão. O que estamos fazendo é marcar o âmbito da Conferência, estamos antecipando e isto foi conversado com algumas Delegações aqui o deve ser o âmbito de discussão da Conferência.

Desejo que sejamos absolutamente claros. Que está acontecendo nestas sessões do Comitê? Está claro que há, por diferentes razões, todas muito atendíveis, muito lógicas, muito legítimas, diferentes visões de como deve ser o processo de integração. Estas duas visões que não são dos últimos dez dias, mas vêm de tempo atrás, quando foi discutida a Resolução 59 (XIII), estas duas visões já conviviam e encontramos mecanismos de convivência para continuar trabalhando mancomunadamente.

O tema continua pendente de resolução e de buscar o caminho de solução e sempre tratamos de encontrar este caminho por consenso, através das diferentes participações das Representações. Na verdade, creio que impor um ponto de vista, embora haja maioria de sete, de cinco, de quatorze, de oito votos não é o que este Comitê necessitaria neste momento.

Francamente creio que devemos encontrar a forma de chegar a uma convergência e desejo ser absolutamente honesto. Creio que a proposta do Brasil, com algumas correções, se for necessário, recolhe todos os conceitos centrais. Então por que vamos limitar a discussão que deve realizar-se na Conferência de Avaliação e Convergência, por que vamos impedir esse debate, se é o que estamos buscando há muito tempo, que se produza o debate, que haja intercâmbio de opiniões, por que vamos censurar *a priori* uma, duas posições. Com este *speech* solicito às Representações que sejamos capazes de encontrar o ponto de convergência. Tem a palavra a Delegação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). No plano mais cordial faço uma pergunta ao senhor. Os comentários últimos foram feitos como Presidente da Delegação da Argentina ou como Presidente do Comitê?

PRESIDENTE. Como Presidente do Comitê, senhor Embaixador. Como Presidente do Comitê tenho a obrigação de dirigir os debates, orientar os debates e buscar soluções.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Por que está fazendo juízos sobre dois teses, que considera uma boa e a outra não. Nesse caso creio que não corresponde ao Presidente do Comitê dar sua opinião em nenhum tema.

PRESIDENTE. Não estamos de acordo com isto, senhor Embaixador.

Tem a palavra a Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Deveriam ser revisadas as funções do Presidente, de acordo com o estabelecido nas normas, porque aqui se faz muita alusão às normas, com o qual nós estamos de acordo. Sempre devemos lembrar isso.

Eu, em particular, esperaria que fossem lidas as funções do Presidente, mas desejaria começar dizendo o seguinte: tenho aqui o Tratado de Montevideú, creio que para a ALADI é como a Bíblia.

PRESIDENTE. Sem lugar a dúvidas o Tratado de Montevideú e as Resoluções baixadas que o complementam, são a Bíblia, incluindo a Resolução 59, Embaixador.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Mas, Presidente, desculpe, tenho a palavra não?

PRESIDENTE. Sim, olhou para mim e considerei que me estava perguntando.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Não, estou fazendo uma reflexão aqui e digo que esta é a Bíblia para a ALADI. É possível que muitas pessoas aqui presentes não gostem da Bíblia, gostem de outras coisas, isso é válido.

Se revisarmos o Tratado de Montevideú, em nenhuma parte do Tratado se fala de Espaço de Livre Comércio. Aqui o Artigo 1 do Tratado fala muito claramente que, praticamente, é o que define tudo. No final fala, em função de um processo, gradual e progressivo, de constituir o que se chama um Mercado Comum Latino-Americano. Creio que isso é a Bíblia. Agora, logicamente, como essa é a Bíblia, assim como antes era lida somente em latim, agora pode ser lida em diferentes idiomas. As realidades vão indicando caminho e o que está na teoria deve ser adaptado à realidade, se não estamos em presença de uma posição dogmática.

Nesse sentido creio o seguinte. Para mim o argumento de que é um novo termo não me convence, pura e simplesmente, porque o Tratado de Montevideu, que é a Bíblia, repito, não fala de “Espaço de Livre Comércio”, mas em algum momento se entendeu pela realidade, por aqueles que impulsionaram isto, que era importante falar de “Espaço de Livre Comércio”. Isso foi estabelecido, como foi mencionado, na Resolução 59 (XIII).

Logicamente, depois da Resolução 59 (XIII) há uma Resolução, que é a 62 (XIV), que fala da necessidade de discutir amplamente sobre o processo de integração e ambas são válidas, porque ambas foram aprovadas nas mesmas instâncias e lembro que nessa última reunião a Resolução 62 (XIV), precisamente, a discussão de todos os Ministros foi que o material apresentado pela Delegação do Equador era, inclusive, bem recebido por todos, coisa que fala muito bem, porque é um pouco a realidade, a dinâmica. Esta é a realidade que vai indicando que devem ser introduzidos novos elementos.

Embora seja verdade, revisando as atas podemos considerar que se vinculam, por exemplo, aprovar ou apoiar a proposta do Equador com base em que foram aprovados todos os projetos. Isso não nega o que foi dito antes, nessa mesma reunião, ou seja, que os insumos e que o material apresentado pelo Equador era bem recebido por todos. Isso foi dito aqui. E nesse sentido esse material, precisamente, tem elementos novos e ninguém discutiu sobre esses elementos. O que foi dito é que era bem recebido o material do Equador.

E esse é o último Conselho de Ministros. Creio importante levar em conta isso. Desejo dizer, ao mesmo tempo, como se diz com muita frequência, que nada está resolvido até ficar resolvido, em outras palavras, que aqui nós o que estamos é discutindo qual seria a agenda do próximo Conselho de Ministros Extraordinário, e agora estamos discutindo o referente à Conferência que se realizará depois do Conselho de Ministros, ou seja, o Conselho de Ministros, em definitivo será quem aprovará os mandados, da Conferência. Logicamente, alguém diria que devem ser apresentados depois de terem sido tratados no Comitê, coisa com a qual estamos de acordo.

Nesse sentido desejo manifestar que nossa Delegação e eu não consideramos absolutamente para nada contraditório, que se introduzam elementos diferentes, isso não mudará nada. Não me convence que o fato de que se mencione “espaço de integração para o desenvolvimento” como diz aqui, signifique algo que modifique nenhuma resolução nem nada pelo estilo. Queria dizer isso, que nos convence absolutamente. Creio que deveríamos estudar, se temos disposição, como elaboramos um texto que satisfaça os interesses de todos e não tratar de impor um texto acima da posição do outro, embora seja um, creio que os Ministros, os Chanceleres de nossos países não virão a um Conselho de Ministros se de antemão este Comitê não trabalha sobre documentos que obtiveram consenso e isso é válido para todos.

Se não houver documentos que obtiveram consenso recomendaria que o nosso Chanceler não viesse. Então, creio que todos devemos fazer um esforço para elaborar documentos, que não seja a imposição de uma posição sobre outra, por muito majoritária que ela seja. Creio que esse é o caminho mais adequado. Tampouco me oponho, que fique claro, porque podemos entender um caminho e outro, assim como nós dizemos que estamos dispostos a que outros avancem em coisas que nós não queremos avançar, creio que isso deve ser válido para todos, não somente para um. Mas, digo que a posição mais correta é esgotar todo e, inclusive, teremos tempo, bastante tempo, porque devemos discutir quando se realizará o próximo Conselho de Ministros. Desejaria discutir isso. Quando será efetuada a próxima Reunião do Conselho de Ministros. Vamos ter suficiente tempo aqui para esgotar todas as conversações para chegar a consenso nos documentos.

Agora, se alguém pensa que não obteve consenso, que é uma imposição, também podemos tratar o assunto. Não recomendo essa via, mas se essa é a via escolhida, bom escolhamos essa via e votemos como foi feito no último Conselho de Ministros onde o espetáculo foi mais forte. Portanto, desejo insistir sobre isso e, nesse sentido, desejo fazer um apelo à Presidência e faço-o no bom sentido, no sentido de amigos, etc.

O Presidente deve fazer um esforço para obter consenso, independentemente do coraçãozinho, porque cada Presidente que está ali tem seu coraçãozinho e representa seu país, etc., mas deve tratar, essa é minha opinião, com todo respeito, de não assumir posições que possam gerar disputas. Fazer os esforços não significa que no final do caminho deve ser adotada a decisão, e desejo manifestar que esta posição e esta opinião, estou dizendo isto com total honestidade e total sinceridade, se todos fazemos um esforço podemos obter consenso nesses documentos e esse Conselho de Ministros, então, será, em primeiro lugar, com a presença de todos nossos Chanceleres ou Ministros e, em segundo lugar, será algo sumamente proveitoso e frutífero para esta Associação. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação da Venezuela. Devemos manifestar que solicitaram a palavra Brasil, Chile, México e Bolívia, e depois disso vou solicitar ao senhor Embaixador da Venezuela que assuma transitoriamente a Presidência para, de acordo com estabelecido no Artigo 6 do Regulamento ocupe a banca da Argentina. Então, Brasil, Chile, México, Bolívia e depois a Argentina, Obrigado. Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente, sempre defendia a tese de que somos doze aqui, Presidente, e que deveríamos sempre fazer tudo o possível para que tivéssemos textos e consenso. Continuo acreditando que para a integração não serve de nada ter resoluções, que sejam resoluções de 10, de 11 ou de menos países. Creio que é nossa obrigação, como Comitê, ter decisões que sejam verdadeiramente regionais, porque a integração não se pode construir sem um ou dois países, então desejo felicitar ao Presidente por isto e uso a palavra que a Venezuela usou. Neste esforço para obter consenso que o senhor está tendo, entendo sua angústia, ao contrário do Equador, em tratar de fazer estes esforços para obter consenso e creio que o senhor tem razão em tratar de obter consenso e o apoio totalmente, Presidente, porque creio que aqui não se trata, e digo isto à Venezuela, de impor nada a nenhum país, nem um nem dois nem nada, e justamente com esse objetivo nós fizemos uma proposta de uma linguagem alternativa. Havia alguns países que preferiam “espaço de integração para o desenvolvimento” como substituto do “Espaço de Livre Comércio”, havia outros países que preferiam o “Espaço de Livre Comércio”.

Pensei que, talvez, uma sugestão, de “programa de integração para o desenvolvimento” foi com esse objetivo, tratando de não impor a ninguém, não há imposição de ninguém aqui, de ninguém sobre ninguém. A linguagem proposta foi justamente para conseguir um consenso, e digo isso novamente ao Equador, especificamente. Entendo perfeitamente a angústia do Presidente por ver que há uma tentativa de muitos aqui de consensuar uma linguagem e que não se consegue.

Agora, queria recordar um ponto que é importante. Creio que muitas vezes aqui, e ponho um mea culpa a mim mesmo, creio que não é um problema das demais Delegações, é um problema de minha Delegação também. Às vezes esquecemos os objetivos e os mesmos mandados que os Ministros nos dão e digo isso, especificamente, às Delegações que dizem que há uma imposição sobre outras Delegações.

A Resolução 62 (XIV), de março de 2008, há 6 meses, quando estiveram nossos Ministros aqui, o primeiro resolve e o único mandado que os Ministros nos deram no último

Conselho, o único mandado que tem está na Resolução 62 e diz “Encomendar ao Comitê de Representantes que continue os trabalhos para a conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio, no âmbito do aprofundamento da integração regional, tomando como base os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Associação e as propostas expressadas nesta reunião”, de livre comércio. Vamos continuar trabalhando para a conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio.

Como podemos pretender agora pensar que vamos esquecer este conceito do Espaço de Livre Comércio? Como podemos pensar que algumas Delegações, estão tratando de impor a outras o conceito de Espaço de Livre Comércio, se os Ministros há 8 meses atrás, nossos mesmos Ministros, e não houve mudança de governo que eu saiba desde então, pediram-nos que continuássemos trabalhando para a conformação do Espaço de Livre Comércio.

PRESIDENTE. Chile, por favor.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente, primeiro agradecer, que entendemos é sua intenção de buscar um consenso neste Comitê.

Primeiro uma reflexão. Em março nos juntamos aqui pensando que este tema estava resolvido em um projeto de resolução, sem nenhum colchete, sem nada, por todos. Todos demonstramos bastante flexibilidade porque aparece uma nova proposta do Equador. O texto do outro projeto de resolução foi tratado, novamente houve comentários, novamente mostramos flexibilidade para que o texto fosse apoiado pelos 12 países. Agora, solicita-se uma modificação mínima. Entendo deste texto que não de pode, nem sequer, eliminar uma vírgula. Portanto, não entendo que agora busquem o consenso. Não obstante solicitaria a todos olhar a primeira página deste mesmo projeto de resolução.

No primeiro considerando, o que estamos buscando aqui e diz: “avançar em um espaço de integração para o desenvolvimento” em minúscula, por que não utilizar essa linguagem para avançar. Isto é, uma resolução, se queremos definir ou não, isso o farão nossos Ministros não nós neste minuto. Está no mesmo texto e o outro, justamente, em prol que buscar projetos de consenso, este mesmo espírito que apresenta o Embaixador Franklin, também lhe pediria, por favor, que fosse utilizado também quando tratemos o projeto de resolução de Serviços, em prol do consenso. Busquemos um projeto. Ali entraremos no debate que a resolução não dá nenhum mandato. Mas, isso era outra coisa, nada mais, somente resgatar que nesse mesmo espírito estamos tratando de manter este projeto de resolução para que possamos acompanhá-lo os 12 países, mantê-lo para as seguintes discussões. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Obrigado, Presidente. Creio que se algo temos mostrado muitas Delegações, nestas últimas duas sessões, é um espírito muito aberto, com muito ânimo de buscar precisamente consensos. Não estamos, em nenhum momento, pretendendo que uma visão prime sobre outra, as provas são claríssimas, alguém não gosta da palavra livre comércio, embora esteja imbuída no Tratado de Montevideu e em muitas de suas Resoluções e decidimos buscar uma alternativa para poder acompanhar todos uma discussão.

Isto parece incrível, estamos nos prolegômenos da que será uma discussão e não podemos entrar á mesma porque deve ser pré-definida de outra maneira. Nós pensamos

que dirigimos, que podemos conviver com os dois textos. Creio que essa melhor mostra de um ânimo conciliador e positivo, que preferimos a do Brasil porque creio que sua redação não está negando o anterior e é suficientemente geral para que possam entrar os 6 pontos e a fundo, mas se nem sequer se pode começar a discutir porque, aparentemente, está se negando, há uma decisão que se contrapõe à outra. Portanto é muito complicado avançar assim.

Queremos dizer que a Resolução 62 (XIV) não é anulatória da 59 (XIII), que a 59 existe, que existem muitas outras resoluções, que isto é gradual, que é flexível pela sua própria definição e, por favor, fazemos um apelo para avançar, para poder chegar a um foro onde discutamos a substância e não simplesmente enunciados.

Nós acompanhamos o Brasil, alguma pequena modificação que a torna um pouco mais flexível, um pouco mais ampla para poder incorporar os 6 pontos que, valiosamente, o Equador introduziu e que ajudou a introduzir e ninguém objetou, e todos celebramos, mas, por favor, avancemos. É um chamado muito amigável, muito conciliador, avançar para poder sentar-nos a discutir substância. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, México.

Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Obrigado. Desejo agradecer, em primeiro lugar, as boas-vindas da Presidência.

Consideramos que o espaço de integração para o desenvolvimento é, mais bem, um espaço muito mais amplo, é um conceito amplo que não limitará a matéria, dará mais espaço à Conferência de Avaliação e Convergência para poder refletir sobre este tema.

Em segundo lugar, consideramos que será a própria Conferência de Avaliação e Convergência quem determinará, exatamente, que queremos como espaço de integração para o desenvolvimento.

Para que não seja, talvez, necessário pôr um novo conceito com vistas a buscar um consenso poderíamos propor que seja também em minúscula esta frase “espaço de integração para o desenvolvimento” para deixá-lo como um conceito mais amplo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Solicito à Delegação da Venezuela a gentileza de presidir. Desejo estar junto a minha Representação.

- Assume a Presidência o Vice-Presidente, Embaixador Franklin Ramón González.

PRESIDENTE (Franklin Ramón González). De acordo ao que corresponde, ofereço a palavra ao Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Queria referir-me ao tema que está em discussão sem as limitações que, obviamente, o exercício da Presidência tem, apesar de que desejo assinalar, e creio que disto há múltiplas constâncias que, tanto da Mesa como da Presidência, sempre tentei contribuir e construir o consenso.

Porque nunca acreditei nas verdades absolutas. Creio que ninguém é dono da verdade absoluta. Isto foi um ensino que me deixou o Embaixador Vera Manzo.

Em primeiro lugar, considero que todos temos a obrigação de respeitar os pontos acordados, porque se não respeitamos isto este tema não terá nunca uma solução.

A busca de consensos implica que não há revisão permanente das posições que vamos assumindo. Então desejo fazer referência mais uma vez, bem como a Delegação da Venezuela fez referência ao documento apresentado pelo Equador e que foi objetado por ninguém. Lembro, e isto pode ser verificado nas Atas, que foi dito que ninguém tinha dificuldade nos 6 pontos propostos pelo Equador.

Os 6 pontos, não com o texto, ou seja, com o aprofundamento e facilitação do comércio regional, o que incorporava o fator social, o pilar social à ALADI. E hoje estamos todos sustentando o mesmo. Nada mais que a isso se acrescenta agora este conceito que está em discussão e que está sendo discutido há três dias.

Primeiro vou lembrar um pouco a recordar a gênese de todo isto e desejo lembrar que quando concluímos o tratamento dos projetos de resolução a única Representação que, lamentavelmente não pôde estar presente foi a da Bolívia, em seu momento, quando da Reunião de Vice-Ministros e é verdade que em uma situação normal teríamos escutado a Representação da Bolívia, mas não reabrir a discussão de cada uma das resoluções, se falamos dos tempos e das coisas que vão sendo acordadas neste âmbito.

E se falamos de flexibilidade, digo, entre a proposta da Bolívia aceita e modificada por Cuba e por outros países, e a proposta do Brasil, a única diferença é que em um caso se fala de “espaço de integração para o desenvolvimento” e no outro, fala-se de “programa de integração para o desenvolvimento”. Eu digo, muda tanto o conceito? Penso que não, mas, além disso, adicionalmente, digo se há países que consideram que é uma questão de fundo a terminologia e falamos de que não estamos de acordo em aceitar a terminologia Espaço de Livre Comércio, como vamos dar o direito a outros países a que também façam uma questão de terminologia. Por que vamos definir a priori e neste âmbito, o âmbito de discussão do Comitê.

O âmbito de discussão do Comitê definirá, a priori, o que deve discutir a Conferência de Avaliação e Convergência. Devemos dizer, a priori, senhores, disso não se pode nem falar. Sobre que queremos construir o consenso? Um consenso para dizer aos responsáveis de dar o grande debate sobre a integração regional disto: senhores, não pensem, em nenhum momento, em mencionar essa palavra, porque essa palavra “livre comércio”, na ALADI, é negativa. Apesar dos 40 anos de história, já não se pode mencionar mais essa palavra e estamos de acordo e desejo que fique absoluta constância de que nós não estamos em favor nem dos TLC nem das zonas de livre comércio e que a posição Argentina, nesta matéria, esteve muito claramente fixada nos múltiplos organismos internacionais, começando pela Cúpula de Mar del Plata. Portanto, não estamos defendendo um conceito, um coraçãozinho com o qual... Não estamos defendendo uma forma de trabalho. Estamos defendendo uma modalidade porque se em cada reunião modificamos tudo o acordado previamente este espaço deixa de ter sentido.

A única forma de construir consensos é ir avançando progressivamente e não, permanentemente, reabrir os debates, por mais que esses debates sejam justificados por mudança de governo, por reformas constitucionais, pelo que for. Aqui estamos, em conjunto, tratando de caminhar mancomunadamente e há provas demais de que os países podem caminhar de forma mancomunada com pontos de vista muito diferentes de seus Governos.

Não atentemos contra isso que é a principal riqueza da ALADI permitir a construção de consenso, não nos encaprichemos em uma redação de duas palavras, de três palavras, porque não é essa a forma de construir o consenso e isto dito do banco é a mesma coisa que repetirei cada vez que presida o Comitê, buscar a forma de construir consensos, como tenho a obrigação de dirigir o debate, o que vou dizer é que me parece que vamos para um lado ou vamos para o outro.

Peço a todas as Representações que vejam, na realidade, o que está em discussão neste momento e para que está em discussão neste momento, porque não estamos aprovando um programa de trabalho que a partir deste momento nos vai limitar ativamente. O que estamos fazendo é fixar um âmbito, um parâmetro de discussão da região sobre o tema da integração e que conteúdo devemos dar-lhe, isto é o que estamos discutindo hoje.

Estamos discutindo isto, ademais, a fim de encontrar os pontos de convergência que a ALADI sempre teve como objetivo. Então solicito a todas as Representações, incluindo obviamente à Argentina, que todos façamos o esforço necessário para encontrar os pontos de consenso, porque eu, como a Representação da Venezuela, se não há consenso sobre a totalidade dos pontos aconselharei a minha Chancelaria que não venha, que é o que cada um de nos vai fazer porque, além disso, já vimos, no Conselho de Ministros, que os temas que não são capazes de serem resolvidos neste Comitê durante meses, não se resolverão no Conselho de Ministros, não serão resolvidos. Portanto, temos a obrigação, o dever de submeter à reunião de Chanceleres, à Reunião de Ministros, textos absolutamente consensuados, sem reservas, sem colchetes e com textos claros que permitam a discussão.

Estamos propondo que haja a capacidade neste Comitê de fazer uma proposta de discussão ampla, não limitar o conceito que pode ser discutido. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (Franklin Ramón González). Obrigado, Argentina. Agora o convoco para que reassuma a Presidência.

- Reassume a Presidência o Representante Permanente da Argentina, Embaixador Juan Carlos Olima.

PRESIDENTE. Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Muito obrigado, Presidente. Com o ânimo que nos impulsiona a todos a buscar um consenso e realmente aqui surge um debate em função de 2 ou 3 posições, mas se se revisa parte do preâmbulo do projeto de resolução, não óbvia para nada as Resoluções 59, 60 e 61 (XIII). Inclusive especifica, levando em conta todo o realizado em relação ao cumprimento da Resolução 59 (XIII). Mas, queria referir-me, a buscar uma redação de consenso a partir, inclusive, do manifestado pela Bolívia e retomando a proposta de meu colega chileno.

O considerando que propõe: “é necessário que a mesma se dedique, com especial ênfase, ao estudo e definição daqueles aspectos essenciais” o único considerando “para avançar em um espaço de integração para o desenvolvimento que vá além do comercial”, todos estamos de acordo. Foi aprovado por todos e não esteve em discussão.

Proponho o seguinte e é em relação à proposta da Bolívia acompanhada por Cuba na primeira reunião que tivemos em relação a isto. Ou seja, “Encomendar à Conferência de Avaliação e Convergência submeter à consideração do Conselho de Ministro uma proposta de programa com vistas a avançar em um espaço de integração para o desenvolvimento que transcenda o comercial, a partir de uma aproximação multidimensional, estou acudindo a uma redação com a que todos estivemos de acordo e porque também salva os 6 pontos que creio essencial, que todos queremos defender para ir à Conferência de Avaliação e Convergência. E, talvez, se estão de acordo essa redação vai onde está sendo colocada, então reduzi-la no considerando propondo “naqueles aspectos que sejam essenciais para o aprofundamento da integração”.

PRESIDENTE. Solicitaria à Secretaria que prepare, enquanto façam uso da palavra outras Delegações, a tela para poder trabalhar no texto proposto por Cuba.

Esta foi a última intervenção. Portanto, digamos que existem 3 possibilidades: uma é a proposta da Bolívia, eliminando as maiúsculas com a redação que já conhecemos; a segunda é a proposta do Brasil que recebeu o apoio de outras Representações, e a terceira, a alternativa da Representação de Cuba, que solicito seja enviada à Secretaria. Primeiro vamos a finalizar a proposta de Cuba, depois, de alguma maneira temos que pôr ponto final a esta discussão. Devemos chegar a uma conclusão. Então sugiro que, por exemplo, em determinado momento, quando as Representações considerem oportuno, submetamos a votação, mas não para que exista um derrotado, senão para que se saiba quais das redações tem mais consenso ou mais possibilidades, para ver se podemos ajustar-nos. O que desejo dizer é que já todos os argumentos em favor ou em contra de uma ou de outra proposta foram longamente expostos... Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). “A fim de avançar em um espaço de integração para o desenvolvimento”, com minúscula, “que transcenda o comercial, a partir de uma aproximação multidimensional” tal como está ali, seguindo os outros pontos. É tal como está no considerando.

PRESIDENTE. Bom, solicitaria, se for possível, sem fundamentar porque todas as explicações foram dadas, que cada Representação se manifeste a favor ou em contra de alguma destas propostas, porque considero que em algum momento devemos concluir este tema.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Percy Regis Arslanian). Mais uma vez entramos na questão dos conceitos. O melhor seria não estar tratando de criar um conceito novo, avançar em um espaço de integração para o desenvolvimento, está no considerando, mas todos estamos trabalhando sobre o projeto de resolução.

Creio que corresponde ao que todos queremos, isto é, “encomendar à Conferência de Avaliação e Convergência que submeta à consideração do Conselho de Ministros uma proposta de programa de integração para o desenvolvimento que transcenda o comercial”.. Creio que esse é o objetivo para o que todos nós estamos trabalhando, além do comercial, não vejo qual é o problema de aceitar um programa, inclusive, é muito mais concreto o espaço. Espaço é uma coisa abstrata, um programa é uma coisa mais concreta que vai à realidade, ou seja, vamos trabalhar em um programa de integração para o desenvolvimento que transcenda o comercial.

Creio que isso realmente deveria corresponder aos interesses de todos nós aqui, é o que estamos fazendo no fundo. Eu sugeriria, também, que se for aceito pelas Delegações também fosse adaptado à linguagem do considerando. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado Brasil, Uruguai e Paraguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, agradeço à Delegação de Cuba sua contribuição. Considero que realmente visa solucionar este problema e encontrar caminhos de consenso.

No particular creio que é mais direto, mais eficaz, pedir à Conferência de Avaliação e Convergência que trabalhe em um programa e não, exclusivamente, em uma coisa aberta como o espaço. Então, considero que seria uma boa solução a proposta de Cuba com essa pequena mudança que está sugerindo o Brasil, de pôr “programa” em lugar de “espaço”. Obrigado, Presidente.

Considero que é mais direto, mais eficaz, pedir à Conferência de Avaliação e Convergência que trabalhe em um programa e não exclusivamente em uma coisa aberta como o espaço. Então, acredito que seria uma boa solução a proposta de Cuba com essa pequena mudança sugerida pelo Brasil de pôr “programa” em lugar de “espaço”. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Tem a palavra o Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Minha Delegação deseja acompanhar a proposta de Cuba. Creio que é a que e aproxima mais ao que estivemos falando aqui e, além disso, porque nós entendemos que esta discussão deve ser encaminhada à Conferência. Para nós o mais importante é encomendar à Conferência que trabalhe sobre estes temas e que se encarregue e discuta se é espaço, programa ou o que for.

Não creio que devamos continuar trabalhando aqui, neste Comitê, sobre um tema que deverá ser discutido, necessariamente na Conferência. Portanto, senhor Presidente, acompanhamos a proposta de Cuba e agradecemos e cremos que esta discussão deve ser encaminhada à Conferência. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. Tem a palavra a Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Nós também estaríamos acompanhando a proposta de Cuba e queremos esclarecer que na redação que diz “uma proposta de programa com vistas a avançar em um espaço de integração”, ou seja, é um programa. O termo espaço dá maior amplitude ao trabalho que deveria ser feito na Conferência de Avaliação e Convergência, ou seja, se está falando-se de que seja apresentado um programa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Para manifestar nosso acordo com a proposta de Cuba, no entendimento que acaba de fazer a Bolívia. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Tem a palavra o México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). No mesmo sentido, para apoiar a proposta de Cuba, fundamentalmente porque se orienta a um programa que discutirá os temas em sua instância. Apoiamos a proposta cubana.

PRESIDENTE. Obrigado, México, Tem a palavra o Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente, como já manifestamos anteriormente, e o traduziu muito bem Cuba, acompanhamos aquela proposta.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. Tem a palavra o Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Igualmente, apoiamos a proposta de Cuba.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Tem a palavra a Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Apoiamos a Cuba nesta nova proposta.

PRESIDENTE. Obrigado, Colômbia.

Bom, creio que há consenso na proposta de redação de Cuba. A Delegação do Brasil está de acordo?

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, podemos, para continuar a sugestão de Cuba, dizer para que ficasse mais claro “uma proposta de programa com vistas a avançar em uma integração para o desenvolvimento”, em lugar de dizer espaço que é uma coisa abstrata, que ninguém sabe exatamente e que temos outro conceito, vai confundir-se Espaço de Livre Comércio “em uma integração para o desenvolvimento que transcenda o comercial”, “avançar na integração” em “uma integração”, creio que seríamos mais claros, menos ambíguos e isso é o que creio que necessitamos fazer aqui, -a integração-.

PRESIDENTE. Perante a proposta do Brasil consulto às demais Representações. Em primeiro lugar a Cuba que redigiu o texto.

Se puder opinar sem ser censurado pelo fato de exercer a Presidência, creio que uma redação que fale de “uma integração para o desenvolvimento que transcenda” não modifica substancialmente o conceito que está propondo Cuba e Bolívia. Isso dá tranqüilidade ao Brasil e poderíamos pôr ponto final a este tema. Não creio, francamente, nem para um lado nem para o outro, que este tema seja central.

O Equador e depois a Venezuela têm a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Aparentemente não há muitas mudanças, não? Mas, para mim a integração, sem mencionar o espaço, é muito mais profunda, trata da interação de seres humanos e não de um espaço onde possam... No primeiro conceito do espaço se coloca muito o físico, mas creio que eliminar a palavra espaço implica algo educacional, cultural, de qualquer tipo, econômico. Porém, o outro é uma questão como estádio de um coliseu romano, onde vão buscar a integração. Não considero que seja assim, mas preferiria que não fosse colocada a palavra espaço, e até agora havia um consenso. Não desejo polemizar ali, mas como uma opinião nos fez pensar

aqui, ao introduzir o Brasil novamente espaço, creio que baixamos o nível de integração querendo pôr o peso em espaço, essa é a nossa opinião.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Tem a palavra a Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Eu não vou dizer que, por um lado, se diz que o termo “espaço” é ambíguo, não tem sentido, então se for assim, estou de acordo com as duas, ou seja, o que se elimina ou não se elimina, não teria nenhum problema. Creio que o Embaixador do Equador disse algo que é bem importante, inclusive nos termos que está, eliminando o “espaço” é muito mais transcendental a redação desse parágrafo. Então, nesse sentido estaria de acordo com isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. A Delegação do Brasil deseja fazer uso da palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Creio que estamos, ao falar de “avançar em uma integração para o desenvolvimento que transcenda o comércio”, admitindo que a integração deveria ir além do comércio. Creio que fica mais claro, mas se está resolvido eliminar o espaço.... Creio que fica muito mais claro e menos ambíguo. Estaremos trabalhando sobre uma integração que transcenda o comércio. É o que todos nós queremos exatamente isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Na realidade ainda não há nada resolvido, Embaixador. Desejaria que terminássemos de resolver. Pergunto à Representação de Cuba se estaria de acordo em eliminar essa “palabreja” “espaço”.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). A “palabreja” não é tal “palabreja”, porque inclusive consta na defendida Resolução 59 (XIII), e a proposta não é somente de Cuba, foi acompanhada por um grupo numeroso de países. Portanto, fazer a pergunta somente a Cuba creio que não é o objetivo, mas em prol do consenso e, realmente, o que estamos buscando é criar um âmbito adequado para discutir os pontos de vista e que este documento que Cuba fez a proposta inicial, considera que avançar em uma integração com os componentes que aparecem ali, recolhem nossa idéia e consideramos que é uma contribuição para as visões apresentadas aqui. Obrigado.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Nós valoramos que na incorporação da expressão que “transcenda o comercial” essa substância, a contribuição destacada que tem esta redação nesse sentido, tal como foi mencionada na última versão, ou seja, “avançar em uma integração para o desenvolvimento que transcenda o comercial” nos resulta muito satisfatória. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Pergunto se estaríamos em condições de chegar a um consenso nesta redação final sem pôr... Ficaria redigido da seguinte maneira: “Encomendar à Conferência de Avaliação e Convergência que apresente a consideração do Conselho de Ministros uma proposta de programa com vistas a avançar em uma integração para o desenvolvimento que transcenda o comercial, a partir de uma aproximação multidimensional e compreensiva que contemple *Inter-alía*.”

Se não houver observações de nenhuma Representação estaríamos aprovando esse texto por consenso e encerraríamos o tema. Fico muito contente de ter consenso nesse tema. Desejo manifestar que isto nos obriga a fazer uma correção, também, no considerando para ajustá-la a esta redação.

Pediria à Secretaria, por favor, que faça a correção destes textos em função desta modificação e ajuste o considerando a esta redação que consta na parte resolutiva para distribuir o documento. Encerramos o ponto.

Tem a palavra a Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, desejo lembrar que a Delegação de Cuba tinha proposto uma redação para o considerando.

PRESIDENTE. Então, que a Secretaria tome nota diretamente do projeto para não deter-nos agora em uma discussão do considerando. Enquanto isso, já temos um texto aprovado. Iríamos à segunda parte da Ordem do Dia que é o projeto de resolução sobre “Espaço de Livre Comércio - Comércio de Serviços”, que consta no documento ALADI/CR/dt 215, de 3 de setembro de 2008. Isto, como manifestei no início, tem uma reserva da República Bolivariana da Venezuela e houve numerosas intervenções sobre este tema no Comitê anterior. Seria muito bom poder concluir a sessão com um texto final consensuado sobre esta matéria também. Com isto ofereço a palavra às diferentes Representações.

Isto, como manifestei no início, tem uma reserva da República Bolivariana da Venezuela e houve numerosas intervenções sobre este tema no Comitê anterior. Seria muito bom se hoje pudéssemos concluir a sessão com um texto final consensuado sobre esta matéria também, com isto ofereço a palavra às diferentes Representações.

Há alguma Representação que deseje fazer uso da palavra sobre o tema “Espaço de Livre Comércio – Comércio de Serviços porque, caso contrário, faríamos um intervalo até a próxima... ou não sei. Aprovamos este texto? Estou aberto às sugestões das Representações.

Consulto com as Representações perante a falta de vocação de intervir neste ponto. Que fazemos com isto? Deixamos de lado, fazemos um intervalo, damos por aprovado este texto? Não sei. Bom, perante a falta de opiniões.... Tem a palavra a Bolívia

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Nas anteriores reuniões o Representante Titular tinha expressado uma reserva sobre todo este texto e gostaríamos de que essa reserva ficasse incluída no texto. Somente está a reserva da República Bolivariana da Venezuela.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia.

Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). A Delegação do Peru está de acordo com o texto proposto e está disposto a aprová-lo tal qual está.

PRESIDENTE. Permito-me lembrar que nas sessões anteriores tinha sido assinalado que estamos falando do tema Serviços, a fim de definir as modalidades de negociação de serviços, porque ao definir as modalidades todas as preocupações expostas neste Comitê por algumas Representações poderiam ficar perfeitamente superadas. Porque por se tratar de listas positivas ninguém estava obrigado com nada e a verdade é que se este tema tivesse consenso para isto, é válido para todos os demais textos.

Por um lado, não é bom enviar à Reunião de Chanceleres textos que não obtiveram consenso de todas as Representações, por outro lado, manifestou-se reiteradas vezes que tudo isto é um acordo total, ou seja, que o fato de que não seja aprovada uma resolução aparentemente colocaria em jogo todos os demais projetos de resolução.

Lembro os temas que foram discutidos neste Comitê, para que depois não surjam surpresas. Então, pergunto que fazemos com este tema? Significa que fazemos um compasso de espera. Significa que mandamos para atrás todos os projetos de resolução com se tinha dito em algum momento, ou seja, que significa? Isto é o que estou perguntando.

Tem a palavra primeiro o Paraguai e depois o Brasil.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Nós não consideramos que no Comitê tenhamos que ligar uma resolução à outra. Isso para nós é um conceito novo aqui. Essa é uma posição que manteve o Brasil em algum momento. Nós não estamos de acordo com isso.

Não existe para nós um *single undertaking* aqui. Creio que a Venezuela, de alguma maneira também o manifestou, hoje de manhã.

Em relação ao tema Serviços existem duas reservas, inclusive uma proposta pela Bolívia de eliminar esta. Para nós é importante que esta resolução seja submetida ao Conselho. Consideramos importante porque é também um sinal mais de que a ALADI pode ir fortalecendo a integração regional e é um dos elementos que falta para o tema de liberalização comercial, não somente em bens, mas também em serviços. Serviços para o Paraguai é um dos setores mais pujantes em sua economia e, portanto, estamos interessados em trabalhar nisto. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Paraguai.

Tem a palavra o Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Na mesma linha, minha Delegação tem grande interesse no trabalho sobre este tema de Serviços. Consideramos que é um dos temas que quando olhamos os estudos, inclusive, a própria Secretaria da ALADI distribuiu, há alguns meses, um estudo muito interessante que mostra a importância do setor de serviços para nossa região e claramente é uma área na qual nosso trabalho está atrasado. Ou seja, fizemos muito pouco no esforço de integração neste âmbito, assim que este projeto para nós é muito importante no sentido de dar conteúdo às decisões que devem ser tomadas no próximo Conselho de Ministros.

Entendo que a partir do que escutamos nas reuniões anteriores e hoje, a situação é então que há um projeto que está sobre a Mesa e que há dois países que explicitamente manifestaram ter dificuldades com esse texto e do ponto de vista de minha Delegação, o procedimento a seguir seria permitir o tempo necessário para fazer consultas para superar as dificuldades que ainda existem em relação com este texto, como foi feito nos demais projetos de resolução, ou seja, não sei como o denominaremos, intervalo, mas devemos continuar com as consultas formais para permitir resolver os problemas ainda pendentes em relação com este projeto, que para minha Delegação é muito importante, à luz dos desafios atuais do processo de integração. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Tem a palavra o Equador e depois Uruguai e Argentina.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Sim, a Delegação do Equador está de acordo com a proposta da Representação do Paraguai para poupar bastante palavras e queremos dizer que não estamos de acordo com essa idéia do pacote, se um tema ou dois não são aprovados bloqueiam os outros.

Creio que isso seria paralisar a ALADI, creio que os pontos que não obtiveram consenso ficam fora da Reunião de Ministros, mas na medida em que existem temas com consenso, já haveria material para a Reunião de Ministros. Não estamos de acordo com esses critérios de pacote de tudo ou nada, porque é uma perda de energia no tema no qual houve consenso. Há temas que são isolados dos outros. Esse é o nosso critério.

Devemos fazer todos os esforços possíveis e o tema que não obtiver consenso deixá-lo de lado, nos que se obteve consenso realizar a Reunião de Ministros. Obrigado.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Consideramos este tema muito importante. É um tema que, de alguma maneira, aproxima a agenda da ALADI à agenda internacional, principalmente, levando em conta que todos os países somos membros do Acordo Geral de Serviços, que é um elemento a favor da consideração deste tema na ALADI.

Desta forma a agenda estaria refletindo em um ponto mais, embora nós desejássemos que fossem mais pontos, mas não um ponto mais da agenda internacional que, neste momento, é tão importante para todos os países, principalmente para os países pequenos, para os quais o direito e os compromissos, a nível multilateral, são muito importantes.

Queria lembrar também, no mesmo sentido que o Paraguai, que a decisão de que isto fosse um conjunto global de resoluções a serem aprovadas em sua totalidade ou não, foi um desejo do Vice-Ministro do Brasil, expressado na última reunião, no último momento da Reunião de Vice-Ministros, mas não foi, de maneira alguma, uma coisa consensuada entre o conjunto de todos os Vice-Ministros. Então, creio que este projeto deveria ser apresentado com as reservas pertinentes, com as reservas mencionadas à Reunião do Conselho de Ministros, deixando livre neste sentido. Uma coisa muito importante, que está dentro dos princípios de flexibilidade da ALADI, e que consta nos princípios de flexibilidade da ALADI, é que aqueles países que desejem avançar no processo de harmonização e de liberalização do comércio de serviços o possam fazer, ficando em liberdade de incorporar-se, no momento que considerem mais pertinente, os países com alguma reserva neste momento. Nada mais, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Desejo manifestar a importância que a Argentina outorga a este tema, não ao projeto de resolução na sua redação, mas ao tema de Serviços. O conceito dos serviços como uma dimensão onde se desenvolve atualmente grande parte da atividade econômica mundial.

Além disso, desejo manifestar também que no âmbito dos serviços são desenvolvidas atividades com forte impacto no social, que é esta dimensão, este âmbito que estamos ao qual estamos dando cada vez mais importância e atenção ao qual queremos orientar nossos trabalhos, para que ultrapasse o simplesmente comercial ou mercantilista.

Por isso, sem entrar em nenhuma lógica do pacote, para a Argentina é importante que o tema Serviços esteja incorporado no conjunto de matérias que hoje vamos submeter à consideração do Conselho para assim conformar um âmbito integral de disciplinas ligadas à realidade atual que devemos desempenhar os países da região.

Depois destas manifestações, queremos oferecer-nos a elaborar uma redação alternativa, um projeto alternativo a este, como uma contribuição para que o Comitê trate novamente o tema em sua próxima reunião. Entendo que está fixada para dentro de duas semanas, ou seja, que se não houver objeções das outras Delegações distribuíamos um rascunho de redação tratando de buscar o consenso para que este tema que, reitero, é muito importante para nós, possa integrar o conjunto de matérias a serem encaminhadas ao Conselho. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigado, Presidente. As duas Delegações que me antecederam, realmente recolhem os critérios da Colômbia.

Em primeira instância desejo assinalar que para minha Delegação é importante avançar nos consensos, da maneira em que evoluam os temas e não deve ser exigido o conceito de pacote, embora seja importante ter uma visão completa da integração. Significa que no caso da visão de nosso país, o comércio de serviços não pode ser excluído do temário fundamental da ALADI –Comércio de Serviços- seria como não levá-lo em consideração, não trabalhar sobre isso não teria explicação, nem obedece a uma realidade atual da interação e dos esforços que estamos fazendo desde esta plataforma aladina. Portanto, dizendo isto recolhemos e agradecemos à Delegação da Argentina sua proposta que consideramos nos dá oportunidade para obter os consensos.

Também desejaria deixar uma posição e uma reflexão e é que devemos avançar, na medida do possível, em conjunto, mas quando um de nós está em desacordo, simplesmente devemos dizer que a incapacidade de um país de estar de acordo com uma norma exclui que este país avance a seu próprio ritmo, mas não necessariamente que a posição ou a oposição, para dizer mais claramente, de um só país detenha o consenso dos outros 11 países. Portanto, quando se apresente qualquer dos dois casos, depois de fazer esforços para chegar a um acordo mancomunado, se não se obtiver deveremos tomar uma posição para poder avançar, permitindo a cada um avançar a seu próprio ritmo. Com isto finalizo minha intervenção. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Colômbia. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Manuel Vitale Luiselli). Sim, Presidente, somente para manifestar, como já fizeram muitas outras Delegações, que o tema Serviços é crucial no mundo contemporâneo.

O estudo da CEPAL sobre serviços mostra um atraso da América Latina, em relação a outras áreas do mundo em matéria de serviços. Estamos falando de uma setor muito dinâmico, onde há muita inovação, muitas concatenações produtivas, muita integralidade sobre a competitividade dos países em seu conjunto. A Delegação do México considera o tema de Serviços como da maior importância, principalmente, na circunstância em que se encontra a economia internacional e, portanto, não importa muito que esteja presente a resolução.

Dito isto, e de acordo com as sensibilidades muito atendíveis de algumas Delegações, lembro sempre porque, nesse tema específico, compartilho a sensibilidade da Bolívia em relação à água, como um grande serviço e como um direito humano. E nós entendendo as sensibilidades acompanhamos esta resolução que é muito imperfeita muito ambígua, relativamente vaga, mas que nos permite, mais ou menos, manter o tema, minimizar o conflito, respeitar as sensibilidades e deixar o tema inscrito.

Por isso vejo com perplexidade e simpatia a proposta da Argentina, mas não sei se a Argentina possa ter uma redação alternativa que contenha cabalmente as sensibilidades de alguns países aqui representados que seria muito bom poder escutá-los para obter, agora sim uma melhor resolução que reflita o consenso.

Mas, creio que neste caso seria conveniente que os colegas que têm dissenso nos ajudassem a encontrar os pontos de concordância, as pontes de diálogo e de consenso, porque tenho a impressão de que somos mais os que estaríamos de acordo já com o texto como está, mais ou menos, como disse o Peru no início, não muito felizes, ninguém está muito feliz porque é um texto bastante ambíguo, mas nos permite que o tema permaneça. Isso é o que eu proporia, o que eu pediria aos colegas que têm reservas importantes neste tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México. Tem a palavra o Peru e depois o Chile.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente, peço desculpas para voltar ao ponto da resolução anterior. Acabamos de receber instruções do Peru. Reservamo-nos os comentários sobre o projeto de resolução sobre insumos. Faremos os comentários, posteriormente, senhor Presidente.

Em relação ao projeto de resolução sobre Comércio de Serviços, o Peru, igual que outras Delegações, considera prioritário e necessário que a Organização se pronuncie através de um acordo sobre o tema de Serviços. Creio que já foi falado extensamente sobre a flexibilidade que proporciona este projeto de resolução, que não implica compromissos por parte dos diferentes países. Porém, consideramos que é realmente necessário que seja adotada uma decisão sobre este tema, pelo que solicitamos novamente a compreensão das Delegações.

Creio que podem ser feitos esforços posteriores a fim de obter o consenso necessário que permita chegar a uma convergência, talvez sobre este importante tema. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru.

Tem a palavra a Delegação de Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente. Para nossa Delegação também este é um texto, adiro totalmente às palavras do Embaixador do México e mais que isso, creio que temos claro duas coisas: primeiro, que todos estamos buscando um texto de consenso e que atualmente seja assinado pelos 12 países não por dez, segundo o cenário atual e também expressam a vontade, principalmente o Embaixador da Venezuela, de que ele tampouco se opõe a que seja utilizado o acordo e que se faça “um acordo de alcance parcial”, ou seja, que os outros possam avançar. Isto com o texto atual, é impossível, pelas reservas apresentadas pela República Bolivariana da Venezuela e pela Bolívia e nesse sentido como metodologia de trabalho para tratar de avançar nisto coincido como Embaixador do México, ou seja,

agradecemos o interesse e tudo. O Chile também poderia apresentar uma nova proposta, mas que seja apresentada pelos países que temos consenso sobre este texto. É melhor que essa proposta de texto seja apresentada pela Venezuela ou pela Bolívia ou por ambos, sobre esta lógica.

Ou, eventualmente, que a Secretaria redija um texto que, de alguma forma, salve esta possibilidade de que não tenha reservas que permitam plasmar isto, que nos dê a possibilidade que nos dá o texto atual, de avançar aos outros 10, porque a modalidade de negociação, já seja lista positiva, negativa, de uma forma ou de outra, sempre vai ter oposições de qualquer país em algum setor de serviços.

Então devemos definir como continuamos nisto. Esse é o fundo. Agradecemos também, mas creio que um novo texto dos que estamos completamente de acordo com isto, a melhor interpretação pode ser feita tanto pela Venezuela como pela Bolívia ou, eventualmente, a Secretaria pode procurar outra saída. E aqui pergunto por que a posição, não assim da Venezuela, mas sim da Bolívia, foi como o ideal aprovar este projeto não fazer modificações se não sua retirada. Então esse é o cenário do meu ponto de vista, por muitas resoluções que elaboremos, talvez não seja necessário. Desejaria que a Secretaria esclarecesse ou apresentasse as diferentes possibilidades ou os países, como dizia o Embaixador do México, que apresentaram duas discordâncias, sejam os que façam uma nova proposta. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, encontro com a seguinte situação e consulto o Comitê. Aqui temos duas alternativas, uma é abrir um compasso de espera para tentar novas redações. Desejo dar minha opinião sobre este ponto de vista.

A Bolívia tinha solicitado diretamente a retirada desta resolução e a Venezuela, como manifestou de forma reiterada apresentou esta reserva nos Grupos de Trabalho, ou seja, minha impressão, e gostaria que, se for possível ambas as Representações me confirmassem ou modificassem minha visão, considero que a posição da Venezuela e da Bolívia não é um tema de redação no tema de Serviços, porque se fosse um tema de redação, solicitaríamos às duas Representações que propusessem alguma alternativa. Mas, se não é um tema de redação considero que não tem sentido, tampouco, continuar dilatando o tratamento deste tema, então, não sei se sobre esta consulta que estou fazendo às Representações da Bolívia e/ou da Venezuela, ou ambas, desejam fazer alguma precisão.

Tem a palavra o Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, obrigado. Creio que deveríamos tratar, como o senhor manifestou, mais uma vez, de fazer um compasso de espera e ver se podemos chegar a um texto de consenso.

É um tema de redação, Serviços está na Resolução 59 (XIII), portanto, quem sabe, como disse o Chile, estou totalmente de acordo, talvez a metodologia fosse tratar de conseguir um texto de consenso, principalmente perante a resistência da Bolívia e da Venezuela com relação ao texto.

Estou de acordo em tratar de negociar um texto de consenso, e não creio que seja conveniente apresentar novos textos sobre este tema. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Senhores escuto. Alguém deseja dizer alguma coisa?

Tem a palavra a Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Presidente, obrigado. Considero que estamos de acordo todos em que o tema é essencial e importante. Estamos todos de acordo em que devemos tentar buscar um consenso.

Estamos perante uma só decisão que não importante onde está centralizada. A proposta da Argentina é adequada quanto a que está mostrando a intenção de buscar um texto que possa ser aprovado de forma coletiva por todos nós. Penso que a Argentina apresentou essa proposta pensando, justamente, nos países que estão em desacordo, não nos países que estamos de acordo. Portanto, se é elaborada pela Argentina ou pela Secretaria-Geral, não a considero radical, não interfere na busca do objetivo final. Portanto, penso que deverão ser levadas em conta as dificuldades que estamos tendo e não as facilidades. Com isso desejo manifestar que a posição da Colômbia inicialmente foi, e continua sendo, que se algum dos países está disposto a buscar um acordo de redação que facilite o consenso de todos, devemos apoiá-lo, levando em conta que será em relação direta com as Delegações, de acordo com seus pontos de vista. Portanto, faria um compasso de espera ao tema e reiteraria meu agradecimento à Delegação da Argentina que faça esse esforço. Não sei por que não pode fazê-lo a Delegação da Argentina ou a Secretaria-Geral, mas esse é o caminho a seguir. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Colômbia. De qualquer maneira insisto em que seria útil escutar a opinião das Representações da Venezuela e da Bolívia, porque se não é um tema de redação não tem sentido continuar dilatando o tratamento deste tema. Portanto, gostaria de saber se podemos conhecer o ponto de vista da Venezuela e da Bolívia, no sentido de que se pensam ou consideram que com uma redação alternativa poderiam encontrar os elementos necessários para eliminar essas reservas.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente, por sua cominação. Falemos por ali a um provérbio que diz: “que a esperança é última que morre”.

Nós, desejo insistir novamente, depois, inclusive em algum momento, posso explicar ao Embaixador do México, manifestamos, insistentemente, nos Grupos de Trabalho, nos alternos, em todas as reuniões não ocultamos cartas, foram colocadas todas sobre a Mesa e desejo, mais uma vez, reiterar alguma das coisas que dissemos.

Em primeiro lugar, os serviços para nós são importantes, para qualquer um de nossos países os serviços são importantes. Por exemplo, neste momento estamos trabalhando com o Uruguai em software, com muitas empresas deste país, trabalhando com o software, esta matéria que para nós é muito importante, principalmente na Administração Pública, embora também se esteja trabalhando com a empresa privada, ou seja, que a importância para nós dos serviços está descartada.

Em diferentes oportunidades mencionei as razões, e não são particulares do Representante Permanente, são razões de Estado, de Governo, que não permitem que nós, neste momento, avancemos em um projeto de resolução sobre serviços. Como disse no início a esperança é a última que morre. Eu falei aqui, em particular com alguns Embaixadores e se nós chegamos, em determinado momento, a definir a data, porque isso ainda não está definido, da realização da reunião do Conselho de Ministros e podem ser feitas gestões diretamente com nosso Governo, faria tudo o possível para que fossem feitas as gestões. Mas, repito, nossa opinião está baseada em uma razão de Estado e de Governo.

Não por um problema de redação, desejo ser bem claro nisso. É uma questão de Estado e de Governo que deve ser discutido com nosso Governo e nesse sentido qualquer gestão que se possa fazer eu assumo como bem-vinda e faria todas as gestões para fazer as conversações respectivas.

Mas, não desejo introduzir aqui elementos de pessimismo sobre isto porque ao mesmo tempo fomos claros, nós não temos nenhum problema e desejo reiterá-lo, e que fique claro, que todos os países que considerem que podem avançar nisto que o façam, não nos opomos a isso e, pura e simplesmente, temos uma posição e uma opinião que a manifestamos e queremos que isso fique claro. Não vamos obstruir 10 países que estão de acordo em avançar nisto, que avancem sem maiores inconvenientes. Portanto, desejo, simplesmente reiterar isto, porque a outra opção, com a qual tampouco temos problema, mas digamos que alguém poderia dizer que essa seria uma opção mais fácil que a proposta pela Bolívia, acompanhada por nós, seja retirada deste projeto, mas entendo, ou entendemos, como que há Delegações aqui que estão de acordo em avançar nesse projeto, tampouco temos nenhuma objeção.

Então, desejo insistir sobre isto para que fique claro, neste caso nunca fomos ambíguos, inócuos, sempre fomos claros e isto, e reiterando, já manifestei algumas razões, depois informarei ao Embaixador do México em particular, porque já as manifestei aqui quais são as razões. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Desejo apresentar algumas coisas que na era agrícola o importante eram os camponeses, na era industrial o mais importante eram os operários e as fábricas e na era pós-industrial, da informação, do conhecimento, a computação, o nome que se deseje pôr, o fundamental são os serviços, o setor dinâmico que marca a nova era e por isso equivocou-se Saddam Hussein quando se apoiando na infra-estrutura de outra era, da era em que o físico é o mais importante, sem perceber que a mente e os serviços são fundamentais, não se pode lutar quando é utilizada infra-estrutura que corresponde a uma era anterior. Estão em desvantagem com os que estão na nova era. Isso queríamos dizer que é o ponto mais importante.

Indubitavelmente os países da ALADI mais desenvolvidos, tem mais desenvolvidos os serviços, isso é inegável.

Queremos expressar dois conceitos mais. O Equador compartilha das idéias apresentadas pela Delegação do México, que não se fala de Espaço de Livre Comércio, mas de mercado regional de serviços. O Ministério das Relações Exteriores do Equador compartilha dessa idéia apresentada pelo México.

Eu tenho uma idéia de texto que poderia, se a Argentina o redige, ser incluído, porque esclareço que o Equador, já manifestei na sessão anterior, tem a mesma reserva da Bolívia e da Venezuela neste tema. Não vou falar sobre esse tema, mas considero que pode ser redigido de forma tal que se expresse isso e que seja dito tudo o que está ali, e com isso os países estão de acordo, mas que seja acrescentado reservando os serviços dos setores estratégicos, que é uma decisão de controle exclusiva dos Estados que assim considerem conveniente, porque esse é o ponto chave.

O Equador, na Constituição que está para sua aprovação, reserva os setores estratégicos de serviços e os enumera como que somente podem ser administrados pelo Estado equatoriano. Mas isso não significa que outros, na sociedade, utilizem os serviços, o

setor agrícola, o setor industrial, mas entendo que a Bolívia e a Venezuela determinam que setores não são para serviços, neste caso os mistos, os privados, as transnacionais, podem usufruir ou dirigir isso.

Então, penso que se é apresentado esse texto, certamente poderá ser acompanhado pelos demais países, porque se está respeitando a decisão soberana dos países, quanto aos serviços que se esclarece que ali não participem as transnacionais nem outras. Nesse texto estariam incluídos todos e salvo que se expressem, digamos, os países que estiverem de acordo com isso, mas em todo caso ainda sem mencionar a resolução os países já serão informados. O Equador, em 28 de setembro estabelecerá áreas exclusivas do Estado. Tenho em meu poder o documento e, portanto, creio que as instituições que têm concessões deverão negociar com o Estado para reverter isso. Essa é minha interpretação.

Para que exista consonância nos serviços públicos com os privados, quando isto estiver acordado. A Bolívia tem no tema água e em alguns outros essa posição e o Equador ampliou o conceito não somente da água, inclusive os portuários, aéreos, as rodovias não poderão ser entregues a privados.

Mas, creio que com um texto, onde diga que se respeita o critério, a decisão do controle exclusivo do Estado nas áreas que considere de transcendental importância, poderia funcionar porque cada país poderia estabelecer as áreas onde os serviços não estão abertos para todos. Estou buscando algo que respeite a todos e esse texto deveria ser submetido à consideração das Chancelarias de todos os países, neste caso, especialmente, da Bolívia, Venezuela e Equador e estaríamos todos, isso é o que penso, mas na sessão anterior expressei que o Equador tem uma posição que será esclarecida muito mais em 28 de setembro, caso se produza um terremoto político, que creio não vai se produzir. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Antes de dar a palavra, vamos tratar de ordenar isto, por favor.

Considero que de tudo o manifestado pela Representação do Equador já está dito no projeto de resolução, que é amplo, flexível, etc.

Em segundo lugar, entendo, porque disse claramente a Representação da Venezuela pelas observações que apresentou, que já conhecemos a posição da Bolívia. Não vejo muito espaço de redação, não obstante o qual creio que não devemos negar-nos a que se faça alguma outra prova, mas devemos estabelecer já um mecanismo a priori, ou seja, não desejo começar a discutir hoje um texto. Na próxima semana começemos a discutir um texto diferente, mais flexibilizado, para tratar de alcançar os demais, porque na verdade creio que estivemos fazendo todas as correções necessárias para poder obter o consenso, não obstante o qual o consenso não se obtém. Portanto, continuar debilitando o texto não me parece que seja uma boa política. Deixo para consulta com o Comitê, não estou dizendo nada.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Ia expressar-me, de forma muito semelhante à do senhor.

Tenho a impressão, pelo que escutei e pela última intervenção do Equador, que não estamos em terrenos tão dissímeis. Considero que tal como estava redigido o projeto de resolução, que falava de discutir as modalidades e essas modalidades depois, logicamente, podiam constituir-se de forma tal que cada país pudesse deixar estabelecido somente aqueles serviços nos quais desejaria progredir na negociação e deixar de lado tudo o que for estratégico, seja por decisão constitucional ou por decisão de políticas econômicas a serem aplicadas pelos países, deixava aberta a possibilidade para isso. Creio que é fácil desde ali chegar às próximas duas semanas a ter algum projeto que faça, de alguma forma, mais explícito este tipo de compromisso a fim de poder submeter o projeto com consenso dos doze países e que ademais deixe aberta a possibilidade de que todos aqueles países que desejem avançar na negociação de diferentes Grupos de Serviços possam fazê-lo. Nesse caso nós estaríamos abertos a escutar alguma nova versão que tente, realmente, avançar em termos de obter o consenso para este projeto. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai.

Tem a palavra Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Em reuniões anteriores já foi explicada amplamente a posição a Bolívia neste projeto de resolução. Mas, basicamente, a Bolívia tem reservas porque esse projeto de resolução, em seu espírito, não inclui a visão que tem a Bolívia.

A Bolívia não deseja definir as modalidades de negociação estabelecidas no Artigo 2, nem trabalhar segundo o que consta no Artigo 5, que deve ser liberalizado o substancial dos serviços, o Artigo 5 do Acordo Geral de Serviços da OMC. De qualquer maneira, estaríamos dispostos a ver uma nova redação que sim incluía a visão da Bolívia, que já foi manifestada, que sim incluía a visão de todos os países, onde possamos sentir-nos cómodos. Neste sentido poderíamos fazer um compasso de espera para revisar essas propostas que gentilmente nos ofereceu a Representação da Argentina.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Solicito ao Comitê uma resolução, ou seja, há duas possibilidades. Creio que como hoje, de qualquer maneira, não vamos concluir este tema e no dia 17 teremos uma sessão do Comitê, como foi antecipado, podemos fazer um compasso de espera para o Comitê de 24, para que haja uma redação alternativa que seja distribuída e que nela se trate de recolher os pontos de vista das Representações que estão apresentando suas reservas.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. Para a Venezuela atualmente é um tema de forma, não importa o texto. Então a reserva foi muito clara e insistente. Manterá essa reserva em qualquer texto. Então aqui devemos discutir o ponto antes elaborar um novo texto que possam acompanhar, porque o Equador diz que tampouco pode acompanhar o texto atual, mas poderia acompanhar um novo texto. A Bolívia não sei até que ponto se aproxima mais, o que devemos resolver e creio que deve ser com a aprovação de todos, não podemos trazer novamente os Ministros com textos com reservas.

Então, que fazemos nesse caso, porque vamos realizar todo um trabalho e caso continuemos tendo uma reserva, o trabalho será em vão. Até que ponto estamos dispostos a ter um texto que possamos assinar 11 países. Atualmente no ensaio mais positivo, ou eventualmente 12, como diz o Embaixador Franklin se obtém. Trabalhar e fazer os esforços

em Caracas, mas, caso contrário, este novo texto não tem sentido. Esse é o ponto, além de termos resolvido isso, porque então o cenário é outro. Estamos dispostos a trazer um projeto de resolução que poderá ser aprovado por 11, 10, 9 países ou não? Esse é o ponto que proporia submeter à discussão. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. Antes de dar a palavra desejo dizer que, na realidade, aqui temos temas pendentes de discussão jurídica. Quando digo temas de discussão jurídica é quando foi apresentada a reserva da Venezuela, várias Representações consultaram, depois veio a adesão a essa reserva da Bolívia, porque era o tema das reservas gerais. Porque uma coisa é um tema entre colchetes que está implícito, que o que está em discussão é uma forma de redação e outra coisa é uma reserva de caráter geral. Este é um tema entre colchetes, que está implícito que o que está em discussão é uma forma de redação e outra coisa é uma reserva de caráter geral. Este é um tema que não foi resolvido no âmbito da ALADI, mas não considero que seja este o momento para discutir sobre esse tema.

De qualquer maneira, recolho a preocupação do Chile que considero adequada. Devemos ver que fazemos com os textos que têm reserva frente à Reunião do Conselho de Ministros. Se vamos levar os textos que tem reservas a experiência anterior não foi boa. Pela primeira vez fomos ao Conselho de Ministros com textos entre colchetes e reservas gerais e a realidade é que a reunião, além de alguma leitura que se considera positiva, em geral, a leitura não foi boa.

Estou apresentando os temas que estão abertos à discussão.

Tem a palavra o Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). No início ia falar, não falei porque o senhor apresentou a proposta da Argentina, então no momento em que era submetida à consideração não quis fazer uso da palavra, mas quando o Chile manifestou que não está de acordo com a posição da Argentina e o senhor não a compartilha, eu apoio a posição da Argentina. Desejaria que a posição da Argentina fosse como um último esforço para ampliar os grupos ou chegar à unanimidade ou dos 9 países que podem estar com o texto atual se adiram a 11 ou a 12. Tenho esperança que o texto da Argentina com uma determinada redação poderia incluir os outros.

Para mim, o texto atual não recolhe explicitamente posições da Bolívia, Venezuela e Equador. Não as recolhe, não estão ali materializadas em palavras, é muito superficial, entra tudo. Creio que no texto atual, sem mudar nada e respeitando os 11 países, seja incluída a posição dos outros.

Estou convencido que esse esforço da Argentina mudará o texto que está, então não creio que seja conveniente ficar com esse texto e votá-lo. Devemos esgotar estas duas semanas de trabalho da Delegação Argentina propostas e com consultas entre nós talvez possamos ter, nessa data, um excelente texto. Confio no trabalho da Delegação da Argentina que nos levará a uma boa solução.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Desejo lembrar que tínhamos dito que às 12h30m assinaríamos este importante Convênio. A Secretaria apresentou-me duas possibilidades: uma é assiná-lo aqui, neste âmbito. Eu respondi que não sabia até a reunião do Comitê, e depois veríamos a decisão. Está prevista, também, a Sala da Pinacoteca, no segundo

andar para assinar ali. Portanto, prometi à Representação Argentina e depois os senhores decidirão. Eu passaria a um intervalo até o dia 24, dando a possibilidade à Argentina de elaborar essa redação alternativa. Talvez, como diz o Embaixador da Argentina o último que morre é a esperança e, talvez, possamos obter um texto que possa ter o consenso de todos os países.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, para manifestar que a Argentina não compartilha levar os projetos com reservas aos Ministros. Consideramos que essa é uma experiência que fizemos no passado e não foi gratificante.

Segundo, assumir que este projeto sobre serviços está morto, tem três reservas, uma das quais vai diretamente ao extremo de sugerir que seja retirado o texto. Então devemos ir ao conceitual. Qual é o fundo dessas reservas. Nenhum dos países manifestou que não dá importância ao comércio de serviços. A interpretação que eu faço é que a reserva está na forma em que está sendo tratado o tema neste projeto, ou seja, que deveríamos buscar outras formas de encará-lo, para permitir que o conceito de serviços faça parte do conjunto do que vamos submeter aos Ministros. Por isso, tivemos o atrevimento de sugerir a tentativa de uma redação e não desejo que ninguém fique perplexo. Nessa tentativa serão levadas em conta todas as posições manifestadas e buscaremos uma fórmula de consenso.

Porque, reitero, para a Argentina prevalece, principalmente, a importância de que o tema seja incluído no conjunto e não que seja deixado de lado, porque a forma em que está encarado atualmente ou a forma que se propõe para seu tratamento não satisfaz a algumas Delegações. Tampouco nos satisfaz a questão de que sempre fica a possibilidade de que alguns países façam acordos na matéria, acordos parciais, já sabemos isso, hoje já existem, inclusive, alguns acordos de alcance parcial que incluem serviços, isso não é nenhuma novidade, logicamente que se pode fazer, mas não é o objetivo, como disse a Embaixadora da Colômbia, o importante aqui é avançar em conjunto, avançar todos os membros em uma mesma direção, essa é a intenção e se não há posições em contrário elaboraríamos um projeto para a consideração das demais Delegações. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Na realidade creio que podemos abrir um compasso de espera para tratar novamente este tema o dia 24, sabendo que antes disso a Argentina distribuiria um projeto de serviços tentando obter consenso.

Se estiverem de acordo, depois de aprovado, ficaria aprovado o outro projeto de resolução, menos alguma observação que queria fazer o Peru sobre este tema que solicito seja apresentada no próximo Comitê, porque já estamos sobre a hora e fazemos um intervalo ou encerramos... Bom não fazemos nenhum intervalo. Temos o Peru, a Venezuela e o Secretário-Geral.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). O Peru, senhor Presidente, vai fazer comentários sobre o projeto de resolução de Insumos. Igualmente, temos alguma nova proposta sobre o projeto de Diretrizes. Se for tratado agora o Peru aprofundará sobre este tema. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Isto significa que também ficam abertos os dois projetos para a próxima reunião do Comitê. Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Presidente, Obrigado. Pergunto novamente para que não haja inconvenientes. Queria referir-me a assuntos que não se referem a projetos de resolução. Posso fazê-lo agora?

5. Assuntos diversos

PRESIDENTE. Sim, está no temário do dia. Portanto, pode fazê-lo.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Diria que para a próxima reunião do Comitê que seria o dia 24, colocássemos na agenda o tema das datas da reunião do Conselho de Ministros, porque no dia 24 já finaliza setembro.

Se estamos pensando em outubro é quase impossível, porque devemos determinar a data depois de consultar as Capitais, etc. Em novembro já manifestamos que temos inconvenientes porque se realizam as eleições regionais e municipais e depois, em dezembro, temos a Cúpula do MERCOSUL, as primeiras semanas os grupos, ademais a UNASUL e outras reuniões. Portanto, tínhamos ficado em ver o calendário que nos ia apresentar a Secretaria com todas as reuniões etc., para saber quando se reunirá o Conselho de Ministros. Era um pouco essa proposta. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Em primeiro lugar, desejo manifestar que na sessão anterior sim foi lido o calendário com os compromissos existentes. Em segundo lugar concordamos em que, obviamente, não tendo os projetos de resolução finalizados não podemos falar da data da convocação até a finalização das discussões. Portanto, o tema da data não entra na agenda até não concluir a discussão dos projetos de resolução, porque está, inclusive, sendo discutido se vamos enviar ou não ao Conselho de Ministros projetos de resolução com reservas. Então, não podemos falar ainda da data até não ter concluído este tema, mas o temos presente e a Secretaria distribuirá, de qualquer maneira, o calendário de reuniões de outubro, novembro ou dezembro. Está aqui. Na sessão passada estivemos tratando o tema e não há muito tempo.

Em outubro temos: Nações Unidas, na quarta-feira 1º, na terça-feira 21 e na quarta-feira 22 em Viña del Mar - UNASUL, na segunda-feira 27 e na terça-feira 28, o México a OEA, outubro é impossível.

Em novembro no domingo 23, em Caracas, temos eleições na Venezuela, com o qual já tinha antecipado a Representação da Venezuela que para essa data era muito complicado e em dezembro temos a reunião do MERCOSUL, em Salvador – Bahia e também uma Reunião da Cúpula de América Latina e do Caribe, também em Brasília. Na verdade é que olhando este calendário pareceria que os únicos dias possíveis seriam os primeiros dias de novembro, até 10 ou 12 de novembro máximo, mas como ainda não temos textos concluídos de discussão, considero que não podemos ainda começar o debate da data. A Secretaria-Geral queria fazer uso da palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Sim, simplesmente entrando, como a Representação da Venezuela, em Assuntos diversos. Antes de finalizar a reunião simplesmente desejo informar que em 29 de agosto visitou, formalmente, o novo Chanceler do Paraguai, Embaixador Alejandro Hamed, oportunidade na qual reiterou o compromisso do Paraguai com a agenda da ALADI e estivemos conversando sobre a eventual presença no Comitê do Chanceler e do senhor Presidente Lugo, se realmente realiza uma visita oficial ao Uruguai. Mais nada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado...a Delegação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Presidente, obrigado. Sobre essa reunião com o Chanceler de Paraguai, não sei, peço desculpas se estou mal informado, mas não há um boletim de imprensa da ALADI ou um resumo dessas reuniões que possamos ter? Teria interesse, mais ou menos, em ter um resumo do conversado nessa reunião e do manifestado pelo Chanceler do Paraguai. Obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL. Vou informar-me que aconteceu com o comunicado, depois informarei ao senhor Embaixador.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Vou ajudar o Secretário. Há um Comunicado de Imprensa e está na página *web* da ALADI.

PRESIDENTE. Obrigado. Portanto, encerramos a sessão, fazendo lembrar que o Convênio será assinado aqui e solicitaria a todos aqueles Representantes que desejem participar que permaneçam na Sala. Obrigado.